

TRABALHO & SAÚDE

ANO XII Nº 32 JANEIRO/MAIO-92

Cr\$ 5.000,00

O PERIGO EM CONSTRUÇÃO



ENTREVISTA: RUI DE GÓES, COORDENADOR DO GREENPEACE

Ao leitor _____	3
Opinião _____	3



O preconceito contra o portador do vírus da Aids é algo que tem de ser combatido na opinião do médico e aeroviário Nélson Cirtoli.

Espaço Aberto _____	4
---------------------	---

Entrevista _____	5 e 6
------------------	-------

O coordenador do Greenpeace no Brasil, o geólogo Rui de Góes, fala sobre o que acha da atual postura do movimento sindical em relação a questão ambiental.

Capa _____	7 e 8
------------	-------



Em conjunto com outras entidades o Diesat elaborou um projeto à Prefeitura do Município de São Paulo para a área da construção civil.

O projeto visava aumentar a segurança desses trabalhadores recordistas em acidentes de trabalho.

Apesar do empenho dos técnicos, ele foi recusado pelo setor jurídico da Administração Municipal.

Silicose _____	9
----------------	---

Na Serra de Ibiapaba, na fronteira do Ceará com o Piauí, diversos trabalhadores estão sofrendo de problemas respiratórios decorrentes da ingestão de sílica. O caso é chocante, já que em sua grande maioria os trabalhadores não ultrapassam os 50 kg e 1.55m de altura.

Riscos Graves _____	10 e 11
---------------------	---------



O trabalhador brasileiro vive na corda bamba. Em quase todos os ramos de atividades ele trabalha exposto a riscos de todas as naturezas. No entanto a

legislação brasileira é falha quando trata essa questão.

Perícias _____	12 e 13
----------------	---------

O Diesat organizou durante o final do ano passado um seminário para discutir a elaboração de uma assessoria na área de perícias. Diversos sindicatos compareceram ao encontro e propuseram sugestões.

Saúde e Previdência _____	14 e 15
---------------------------	---------

No Congresso da CUT do Rio Grande do Sul, diversos sindicatos apresentaram uma proposta para a área de saúde e previdência. Devido a sua importância, publicamos o seu teor.

Crimes ambientais _____	16
-------------------------	----



O sindicato dos químicos do ABC descobriu novas irregularidades na área da fábrica Matarazzo e um depósito de lixo químico mantido pela Solvay.

Estante _____	17
---------------	----

Sinopse _____	18
---------------	----

Quadrinhos _____	19
------------------	----

EXPEDIENTE

Trabalho & Saúde é um Informativo do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho - Diesat. Caixa Postal 4901 - CEP 01051 - São Paulo - SP. Tel: 222-3801/223-9588

Diretor Responsável: Uriel Villas Boas

Jornalista Responsável: Renato Rovai

Colaboram nesta edição: Nilton Freitas; Leny Satto; João Reús do Nascimento; João Bosco Feitosa; Nélson Cirtoli; Agda Ap. Delfa e Paulo Roberto do Nascimento.

Secretaria e contatos: Aparecida de Fátima Pianta Frederico; Regina Maria Ferreira e Marcos Paulo Raia.

Composição: Página Laser Editoração Eletrônica
Tel: 572-2765

Impressão: Rabisco Criação e Propaganda Tel: 575-2378

Capa: Expedito Corrêa

Tiragem: 2.500 exemplares

Assinatura: Anual (4 números) Cr\$ 16.000,00

Bianual (8 números) Cr\$ 26.000,00

DIRETORIA

Diretoria Executiva: Uriel Villas Boas; Vera Lúcia Lima Daguer; Joaquim Holanda; Robélio Cruz da Silva; Nélson Cirtoli Batista Pereira; Sérgio Soares e João Réus do Nascimento

Conselho Fiscal: Moysés Moreira Santos; Ubirajara Tannuri Félix; Márcio Câmara Leal; Severino Félix da Silva e Paulo Roberto Thimóteo

Permitida a reprodução de matérias desde que citada a fonte.

Depois de uma longo e tenebroso inverno, a **Trabalho & Saúde** chega as suas mãos. Estamos lhe devendo uma explicação para todo esse atraso e, para só não ficar nas desculpas, essa edição está maior e mais bem acabada. Dessa forma pretendemos minimizar um pouco sua decepção com o atraso.

A matéria de capa trata de um projeto que foi elaborado para a Prefeitura de São Paulo. Esse projeto tinha por finalidade criar regras mais rígidas na área de segurança do trabalho para as empreiteiras que prestam serviços para o município. A construção civil é a área onde ocorre mais acidentes no trabalho.

A parte mais "light" da **Trabalho & Saúde** está representada nessa edição pela entrevista com o ambientalista Rui de Góes, coordenador do Greenpeace no Brasil. Ele aborda principalmente a relação dos sindicatos com a questão do meio ambiente e numa declaração surpreendente, disse que "muitos sindicatos têm mais participação na luta ambiental do que entidades que se dizem ecológicas".

Para provar a tese de Rui, o Sindicato dos Químicos do ABC realizou duas denúncias de vulto no mês passado. Uma contra a Matarazzo e outra contra a Solvay, que vinham realizando prejuízos ao meio ambiente e imputando risco a vida de muitas pessoas.

Diretamente de Fortaleza uma matéria assinada pelo nosso correspondente João Bosco denuncia a vida sub-humana a que estão expostas diversas pessoas que trabalham na Serra de Ibiapaba, localizada na divisa do Ceará com o Piauí. Nesse local, diversos trabalhadores estão com silicose e o mais chocante é que eles são exemplos do que nos acostumamos a chamar de homens-gabirus. Têm em média 1,55 metros e 50 kg.

Além dessas matérias, muitas outras recheiam a revista. Nossa intenção é torná-la cada vez mais ampla e abrangente e para isso sua colaboração é imprescindível.

É salutar que você nos surgira pautas e encaminhe denúncias, pois só assim atingiremos um nível mais apurado. Por hora é só.

OPINIÃO

Evite a doença, não o doente

Nelson Cirtoli

A sociedade brasileira e mundial assistem perplexas ao aumento da incidência de AIDS em todas as camadas da população. A síndrome da imunodeficiência adquirida está evoluindo mais rapidamente que a capacidade de pesquisa do mundo científico, no esforço em descobrir uma droga ou vacina que combata com eficiência esse vírus causador da mais nova pandemia do planeta.

Pandemia essa que apesar de comprovadamente devastadora, ainda não conseguiu despertar os governantes brasileiros, que até o momento continuam a agir sem seriedade e sensibilidade, mas com omissão, ignorância e irresponsabilidade, pois nem mesmo um programa de educação popular tiveram competência e interesse em organizar, criminosamente, deixando o povo relegado à própria sorte.

Pretendemos com este seminário, exercer nossa obrigação política, social e ideológica, inerente ao espaço por nós ocupado dentro do movimento sindical. E nossa pretensão é a de tão somente despertarmos a sociedade da qual fazemos parte, para o fato que todos nós, enquanto trabalhadores, também temos responsabilidades, não de pesquisadores biológicos da virose, mas quanto ao comportamento frente aos soropositivos para HIV.

Precisamos amadurecer nossos posicionamentos e aprendermos como nos comportar se, por exemplo, na escolinha onde estuda o nosso filho ou o nosso neto, surgir uma criança aidética. Como enfrentar o problema de relacionamento de nosso filho com um aidético? E se essa criança aidética, for o nosso filho ou neto, nosso comportamento será o mesmo?

O mesmo acontece na empresa onde trabalhamos. Somos a favor de impedir o trabalho dos soropositivos para HIV, ou

contra? E se for nosso filho, deverá ser demitido se trabalhando ou impedida a sua admissão, se procurando onde trabalhar?

Todos nós temos medo, todos nós temos um nível variável de ignorância sobre a doença, razão de necessidade da discussão, pois precisamos exercitar nossa capacidade de sermos solidários, de termos a capacidade de pensar, de sentir e de agir com a consciência voltada para o coletivo. Temos de vencer o medo exacerbado dos medíocres, individualistas semeadores do pânico.

Como trabalhadores temos também a especial responsabilidade de aprender a exigir que se escrevam nas Convenções Coletivas, a obrigação das empresas, através de seus médicos e paramédicos, de agir com ética, sem discriminar aos soropositivos durante as admissões e proibindo as demissões, evitando desta forma a segregação do portador do HIV, pois ao impedi-los de trabalhar, atuam as empresas e seus profissionais contratados na área da saúde, como os carrascos decretadores da morte civil, pelo meio sofrido e hediondo da fome e da solidão extremas, de seres humanos que buscam no trabalho a própria sobrevivência, colaborando para a formação de um exército de revoltados e discriminados, párias formados a partir de uma postura mecanicista de profissionais da área da saúde que se sujeitam a colocar seus diplomas a serviço do obscurantismo. Evitemos a doença e não os doentes!

Nelson Cirtoli é médico, diretor do Sindicato Nacional dos Aeroviários e da Direção Executiva do Diesat. Esse seu texto foi escrito para um Seminário sobre a AIDS realizado, em maio, no Rio de Janeiro

CIPA

A CIPA da Superintendência de Distribuição de Energia de Fortaleza (SUDIF) desenvolveu uma programação educativa sobre segurança no trabalho fugindo do modo tradicional e desestimulante imposto pela classe patronal de fazer e pensar a segurança do trabalho. Como consideramos esse trabalho realizado por nós como muito interessante, enviamos essa carta com alguns detalhes do que realizamos e nos colocamos à disposição de quem tiver interesse em saber mais detalhes de nossa experiência.

1980
Diesat:
12 anos
lutando
junto com
os
trabalhadores
1992

Durante a programação, resolvemos não agendar de forma imposta as temáticas a serem discutidas. Buscamos junto aos trabalhadores os interesses dos mesmos, através de sondagem de opiniões feita pelos cipeiros das diversas áreas.

Isso desembocou numa gincana que se constituiu de trabalhos e tarefas. Na parte dos trabalhos alguns tópicos foram:

- Fotografia (condição de risco - envolvendo segurança no trabalho).
- Música - (samba, lambada) - letra inédita sobre segurança e medicina do trabalho
- Logotipo da CIPA/SUDIF
- Poesia sobre a segurança do trabalho na empresa.

- Cartazes educativos voltados para prevenção de acidentes.

No segundo ponto, das tarefas, o trabalhador teve que cumprir uma programação pré-estabelecida:

- Demonstrar o resgate de vítima inconsciente no topo do poste nas diversas modalidades de salvamentos - devendo os envolvidos serem previamente treinados pelo Centro de Treinamento.

- Realizar uma simulação de primeiros socorros

- Dramatizar exercício da atividade profissional do setor de trabalho específico a cada departamento. Envolvendo situação;

- Trazer o corpo de bombeiros para uma apresentação (apagar incêndio simulado, salvamento em edificação, primeiros socorros por choque elétrico).

- Trazer um trabalhador acidentado para um depoimento (como se deu o acidente, causas e conseqüências).

- Trazer trabalhador mais antigo da empresa, o mais baixo, o mais gordo, mais alto etc.

Temos regulamento mais detalhado dessa gincana, bem como a lista das tarefas. Caso haja interesse, entre em contato com: Sindicato dos Eletricitários do Ceará. Rua Antonio Pompéu, 99 - (085) 252-4200, ou com Norma Novais. Fone: (085) 211-4822 r. 167. Rua Pe. Valderino nº 150 - Centro

MÍDIA

No dia 24 de novembro do ano passado, o programa "Fantástico", da TV Globo, veiculou uma reportagem sobre trabalhadores que enfrentam riscos em grandes altitudes. Juntamente com imagens colhidas com admirável técnica no alto de torres, edifícios, redes elétricas e outras situações de trabalho sob o alto risco, mensagens veiculadas centravam-se, basicamente, no elogio à coragem dos trabalhadores que enfrentavam, cotidianamente riscos de vida. Interessante constatar que a figura do trabalhador-herói como que dispensava, uma vez apresentada, a discussão sobre questões de segurança e saúde. Quanto à dimensão psíquica do convívio com o risco de acidente fatal, também foi restringida ao elemento "coragem" e a algumas notas pitorescas - como a de um trabalhador que atuando na manutenção externa de edifícios, à grande altitude, referia que seu maior medo "era de altura, que dizer, andar de helicóptero".

Vimos neste programa, um exemplo cabal de como a mídia pode obscurecer a gravidade das situações de trabalho que impõem exigências-limita à mente humana, de modo a boicotar que chegue até a opinião e à consciência coletiva, a necessidade de implementar transformações humanizadoras para tais situações de trabalho, sejam elas de cunho tecnológico ou outro.

O episódio leva a considerar, uma vez mais, o papel que os meios de comunicação poderiam ter em relação à aberturas de debates sobre questões relevantes que dizem respeito às condições de trabalho, às práticas de empresas que desrespeitam a vida e a saúde, bem como às possibilidades de buscar superar tais problemas.

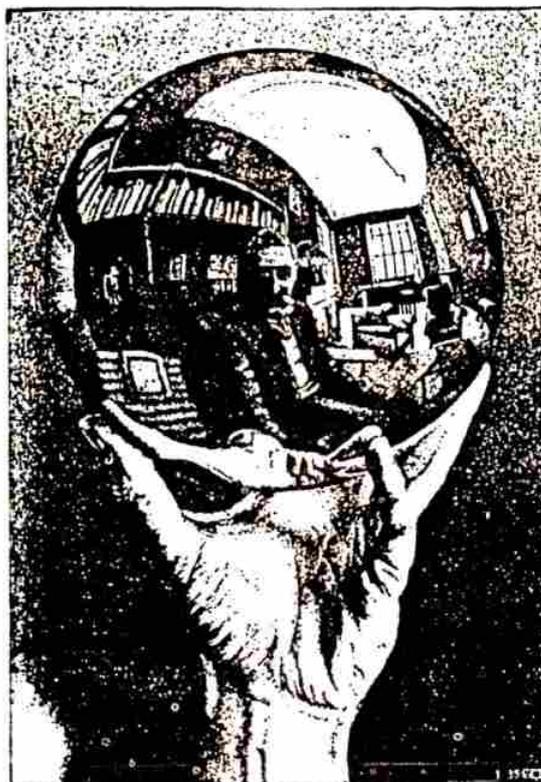
Edith Seligmann Silva - médica psiquiatra e sanitarista

As cartas devem ser enviadas para a caixa postal 4901 - cep 01051 - São Paulo. Caso haja necessidade, a Trabalho & Saúde se reserva ao direito de reproduzir apenas trechos representativos das cartas.

Ecologia não é mais perfumaria

Renato Rovai

"Não adianta brigar por aumento de salário enquanto o trabalhador não tiver condições de ter uma qualidade mínima de vida. E isso está intrinsicamente ligado a luta pelo meio ambiente", essa é a opinião de Rui de Góes, coordenador do Greenpeace no Brasil, que nessa entrevista exclusiva à **Trabalho & Saúde** reconhece a importância do movimento sindical no combate aos danos causados ao meio ambiente.



T&S: Qual a sua avaliação em relação a postura que o movimento sindical tem adotado na discussão sobre o meio ambiente?

Rui: Primeiro, eu considero essa questão nova para o movimento sindical, apesar de a sociedade já estar discutindo isso há algum tempo. Eu avalio que de um tempo para cá os sindicatos começaram a dar mais prioridade a esse tema. Reflexo disso, são os seminários, encontros etc sobre meio ambiente. Isso demonstra que o nível de preocupação das lideranças sindicais em relação a ecologia aumentou. Isso é bom, porque demonstra que os sindicatos já não estão apenas encaminhando lutas corporativas.

T&S: Na sua opinião como e porque o movimento sindical começou a dar mais importância a essa luta?

Rui: Acho que no momento em que as lideranças perceberam que não dá para desvincular suas lutas específicas das gerais. Não adianta brigar por aumento de salário enquanto o trabalhador não tiver condições de ter uma qualidade mínima de vida. E isso está intrinsicamente ligado a luta pelo meio ambiente.

T&S: Dentro desse quadro como o Greenpeace pretende atuar? Existem projetos para

se encaminhar trabalhos em conjunto com os sindicatos?

Rui: O movimento sindical não é prioridade para o Greenpeace, o que não descarta a realização de trabalhos conjuntos. Porém, o que a gente coloca como tarefa principal do Greenpeace no Brasil e é a articulação de alianças com toda a sociedade para discutir a ecologia.

T&S: Na sua opinião, a luta por melhores condições no local de trabalho amplia a discussão ecológica, ou se restringe a apenas esse tema?

Rui: Eu considero que existem diversas maneiras de discutir ecologia. Discutir o modo de produção, por exemplo, tem tudo a ver com a discussão mais geral sobre o meio ambiente. Existem questões que são nitidamente sindicais, porém, outras não. Para sintetizar, na minha concepção existem muitos sindicatos que nas lutas que travam contra as empresas que desrespeitam leis de segurança ou ambientais, contribuem muito mais para a melhoria da qualidade de vida do que entidades que se intitulam ecológicas.

T&S: Você poderia utilizar exemplos mais concretos para demonstrar o que está afirmando?

Rui: Olha, toda vez que se diminui as emissões de gases que afetam a saúde do trabalhador se está também produzindo melhorias no ambiente. Na medida em que os mesmos produtos que afetam os trabalhadores dentro da fábrica também passam para fora e atingem a população como um todo. Essas lutas realizadas pelos sindicatos são ambientais, no entanto, até o momento os sindicatos não se preocuparam em rotulá-las dessa forma.

Eu, inclusive, considero que esse mote poderia ser usado pelos sindicatos com certa vantagem para eles. Já que eles estão contribuindo para a saúde de todo um bairro e as vezes de uma cidade.

Muitos Sindicatos contribuem mais com a luta ambiental que entidades intituladas ecológicas

T&S: E porque você acha que o movimento sindical não se utiliza disso?

Rui: Porque muitas vezes ele não tem consciência de que está realizando uma luta ecológica. Se eles ganhassem a população ao redor da fábrica para lutar com eles sua reivindicação teriam mais amplitude.

T&S: E em outros países, o movimento sindical tem uma visão mais ampla dessas questões que você está destacando?

Rui: Não é muito diferente no resto do mundo. Em alguns países eles incluem palavras de ordem ecológicas na pauta de reivindicações, mas não tratam a questão ambiental como algo que faz parte da discussão geral. Eles esquecem que discutir a forma como a produção está organizada no mundo tem tudo a ver com a questão ecológica.

T&S: Existem pessoas que consideram a luta ambiental essencialmente revolucionária, você é uma delas?

Rui: Depende do que se chama de revolucionário. Eu considero ela uma luta estratégica. Entendo que ela está relacionada com a economia e com a forma como está estruturada a produção. É nesse sentido que eu questiono se colocar três ou quatro palavras de ordens numa pauta de reivindicações contribui para alguma coisa. Cada vez mais o fosso que existe entre o Sul e o Norte do planeta está aumentando, e se

nós formos fazer uma análise de quem mais causa desgastes ambientais, certamente chegaremos a conclusão de que são os países do Norte. Agora se pensarmos em transplantar o padrão de vida dos trabalhadores do Norte para o Sul teremos como consequência natural um esgotamento muito acelerado das condições físicas do planeta. Então não existe como romper a barreira entre os países ricos e pobres sem se tocar mais profundamente na questão ambiental. Para mim isso precisa estar sendo discutido e refletido pelos nossos sindicalistas.

T&S: De que forma, então, o movimento sindical poderia ter uma participação mais abrangente na luta por melhor qualidade de vida?

Rui: Acho que os primeiros passos em direção ao caminho certo estão sendo dados no Brasil. É preciso agora formular um programa de ação que coloque a questão ambiental como um dos componentes.

T&S: E como seria isso?

Rui: Acho que passa por tentar formular uma concepção de mundo que ultrapasse uma visão estreita de que a produção se limita a relações de trabalho. Pois, se a gente analisar de maneira global, o efeito estufa e a depressão da camada de ozônio atingem o mundo como um todo e desacelerar esses processos implica em mudar o modo de produção. Hoje tem que se pensar em como consumir menos energia, em produção limpa etc. Para mim isso passa pela democratização econômica do mundo, que estaria ligada a uma diminuição do poder de consumo dos países do Norte. Só dessa forma poderíamos aumentar o padrão de consumo do Sul.

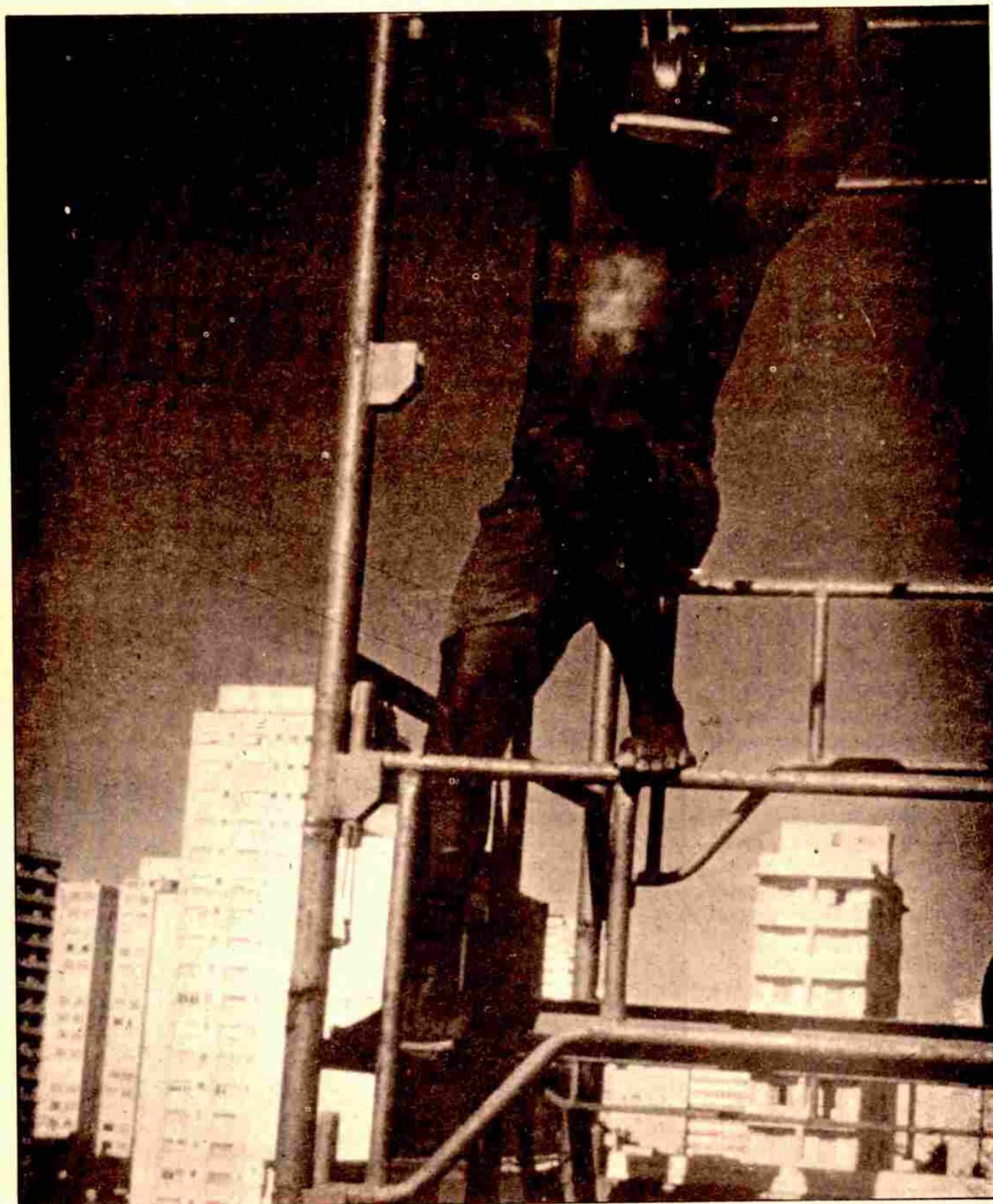
O efeito estufa e a depressão da camada de ozônio atingem o mundo inteiro e desacelerar esses processos implica em mudar o modo de produção.

T&S: No dia a dia, como os sindicatos poderiam contribuir com a luta ambiental?

Rui: De várias formas, uma delas é se integrando em lutas que necessariamente estejam ligadas diretamente a sua categoria. Na luta pela recuperação da represa Billings, alguns sindicatos do ABC estão fazendo isso.

O Estado é cúmplice

Nilton Freitas



Profissionais da categoria mais explorada do Brasil nos últimos 20 anos, os trabalhadores da construção civil, ainda detêm um recorde nada agradável: são os que mais se acidentam e morrem no local de trabalho.

Além disso, uma outra série de coisas contribui para a degradação dessa categoria que foi um dos pilares da construção do capitalismo monopolista: o não registro em carteira, os baixos salários, o serviço desqualificado, a alta rotatividade, a inexistência de encargos e custos sociais, a existência de um numeroso exército de reserva de mão-de-obra gerado pela alta concentração de terras no campo, enfim, a super exploração do trabalhador da construção civil aliada à repressão contra qualquer forma de organização ou resistência.

Não é de se estranhar, portanto, dentro deste quadro bastante nebuloso de relações do trabalho, quando as estatísticas apontam o trabalhador da construção civil como a maior vítima dos infortúnios nos locais de trabalho.

Isso se torna mais preocupante ainda se levarmos em conta que o maior contratador de obras civis no País tem sido ao longo dos anos o setor público. Ou seja, o financiamento do setor de construção civil com dinheiro público caracteriza a responsabilidade indireta do Estado neste quadro de acidentes graves e fatais que tantas vítimas produziu em todos estes anos.

Para tentar diminuir isso, técnicos do Diesat, da Fundacentro e do Programa de Saúde do Trabalhador da Prefeitura de São Paulo, elaboraram uma proposta para os processos de licitação de obras públicas à pedido da Prefeitura do Município de São Paulo.

Esta proposta encontrou obstáculos dentro da Administração Municipal, configurados em argumentos jurídicos de inconstitucionalidade.

Acreditando, no entanto, na sua legalidade constitucional, na sua legitimidade e premência, que pode ser encampada e defendida por Sindicatos, Centrais Sindicais, Governos e Parlamentares de todos os níveis de Estado,

interessados na defesa da segurança e da saúde nos canteiros de obras financiadas pelo poder público, decidimos veicular através da **Trabalho & Saúde** o conteúdo desse projeto:

A proposta: Exigir nos processos de licitação e nos contratos com as empresas vencedoras deles, o cumprimento de todas cláusulas e artigos referentes à segurança, higiene e medicina do trabalho constantes das Legislações Federais, Estaduais, Municipais e acordos e convenções coletivas de trabalho.

O descumprimento do contrato: Sujeita a contratada à rescisão contratual com todos os ônus decorrentes disso. Prevê o direito de recusa do trabalhador à situação de risco grave e iminente além da interdição da obra ou serviço pela contratante ou sindicato da categoria.

A fiscalização do cumprimento do contrato: Deve ser feita por técnicos da contratante; pela Secretaria de Saúde da contratante (Programa de Saúde do Trabalhador); pelo delegado de condições de trabalho eleito pelos funcionários da empreiteira; pelo sindicato e pelos órgãos públicos de fiscalização.

O "delegado de condições de trabalho": Deverá ser eleito pelos "peões" da obra e gozará de garantias no emprego. Será treinado para este fim e terá tempo livre para fiscalizar a obra diariamente.

Os técnicos, engenheiros e médi-

cos do trabalho da contratada: Serão em número equivalente ao Grau de Risco 4 (mais elevado) previsto na Legislação. Deverão ser alocados no canteiro de obras ou serviços. Não poderão ser despedidos sem consulta prévia ao sindicato, à contratante e ao delegado.

Acidentes e doenças fatais: Serão investigados imediatamente por um comitê formado por todos os envolvidos na fiscalização, o Sesmt da contratada e o Ministério Público.

Plano de engenharia de segurança e medicina do trabalho: Onde se exigirá no contrato da obra estatísticas de acidentes; exames médicos admissionais, periódicos e demissionais; priorização de medidas de proteção coletiva; especificação e qualidade dos EPIs; condições de alojamento, prevendo número máximo de beliches por quarto; vestiários; enfermaria; lavanderia; refeições diárias; transporte de pessoal em condições de segurança; condições adequadas de sanitários, água, esgoto etc.

Cuidados com a saúde: Vacinação prévia contra riscos biológicos; entrega de resultados dos exames médicos; tempo máximo para operação de martetele e outros equipamentos pneumáticos etc.

Esse é apenas um resumo da proposta elaborada pelos técnicos, quem tiver interesse pelo projeto mais detalhado pode solicitá-lo ao Diesat.

Nilton Freitas é engenheiro de segurança e técnico do Diesat

Sind. Const. Civil de Santos



O maior contratador de obras civis é o setor público

O encontro com a morte na luta pela vida

João Bosco Feitosa

Pesando 50kg em média e não ultrapassando 1,55m de altura, diversos trabalhadores da região serrana de Ibiapaba (Ceará) trabalham 8 horas por dia dentro de poços com aproximadamente 1,5m de diâmetro. Vinte e seis deles já morreram silicóticos e 318 contraíram a doença.

A Ibiapaba é uma região serrana que limita os estados do Ceará e Piauí. Composta por nove municípios, ela possui sérios problemas estruturais sendo a falta de abastecimento de água potável um dos principais, principalmente durante a seca quando o lençol freático baixa fazendo-se necessário escavações de inúmeros poços artesanais com até 60 metros de profundidade.

Em 1986, foi diagnosticado pela Dra. Márcia Alcântara e uma equipe de médicos por ela coordenada, que pacientes portadores de tuberculose eram silicóticos e trabalhavam em perfuração de poços na Ibiapaba. Nas investigações iniciais, do total de 101 cavadores de um dos municípios da Região, encontrou-se um prevalência de silicose em torno de 34%.

Uma das primeiras providências da equipe coordenada pela Dr. Márcia foi encomendar um estudo geológico da região o qual comprovou que o solo da Ibiapaba é composto por uma camada de, aproximadamente, 10 metros de espessura de arenito salificado, com 97,44% de sílica.

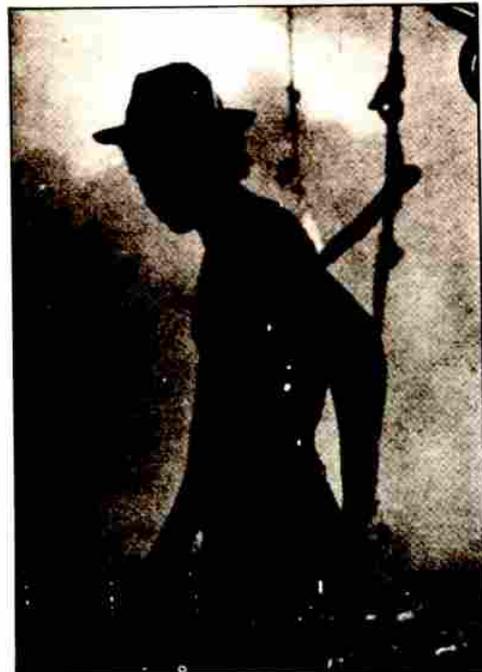
Para cavar um poço, os trabalhadores passam 8 horas por dia num período de até um mês. São necessárias no mínimo duas pessoas, uma vai cavando e a outra fica na superfície, removendo a areia enviada por aquele que está imergindo no buraco de aproximadamente 1,5 metros de diâmetro. Porém, ao atingir a camada dura do solo (arenito salificado), é providenciada a explosão dessa pedra com dinamites adquiridas facilmente no comércio

local e que têm sido um grande fator de risco para os cavadores de poços. O espaço de tempo entre a fixação das bananas de dinamite e a sua explosão é mínimo e o trabalhador que os coloca mal consegue subir a tempo, por isso tem havido muitos acidentes nessa etapa do trabalho.

Após a explosão, quando não baixou totalmente a poeira, eles descem para completar manualmente o buraco que a dinamite não conseguiu fazer. Nessa etapa, eles aspiram até 344 vezes a mais do limite de tolerância de poeira suportada por um ser humano, momento em que eles estão mais propícios a inalarem partículas de sílica.

Esses cavadores de poços são homens pobres, analfabetos, desnutridos, pesando 50kg em média, medindo 1,55 metros de altura, geralmente subempregados ou desempregados, sem outras alternativas de trabalho, com baixo poder aquisitivo, sem qualquer benefício nem mesmo previdenciário, possuem entre 12 e 50 anos e aprenderam a perfurar poços, em sua grande parte, com o pai.

Dos 1050 cavadores existentes na Ibiapaba, têm-se registro de 318 que já contraíram a doença, isso sem contar os



8 horas respirando um pouco de morte

26 que já morreram no período de 1986 até o momento e os que morreram antes da doença ser detectada. Isso significa um problema social extremamente grave, pois considerando-se que cada cavador tem em média 6 dependentes, das 318 famílias de silicóticos, no mínimo 1908 pessoas são atingidas por esse problema.

Como se não bastasse, foram identificados novos casos de silicose em outras regiões do Ceará, o que leva a crer, que, além do problema existir em outras áreas do Estado, certamente existe em outros lugares do Nordeste, já que essa doença foi identificada, em 1984, no Piauí em 21 pacientes.

João Bosco Feitosa é técnico do SINE/CE e membro da Comissão Estadual de Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente - CESTMA

O que é silicose?

A silicose é uma doença ocupacional que atinge trabalhadores de mineração, pedreiras, cerâmica, olarias etc. É provocada pelo acúmulo de sílica nos pulmões, causando enrijecimento que dificulta a passagem do oxigênio para o organismo, tendo como principais sintomas: tosse, dor torácica, perda de peso, indisposição e falta de ar, associando-se a doenças como tuberculose entre outras, em virtude da queda de defesa do organismo.

Essa doença é incurável, já que o comprometimento pulmonar é progressivo, irreversível e potencialmente letal. Na fase terminal, o único recurso que o paciente conta é com a oxigenação no balão de oxigênio do hospital do município, para que são necessários dois tubos por dia, por pessoa, custo que resulta num montante superior ao orçamento mensal do hospital de Ibiapaba.

Riscos graves: embargo

Fotos: Fundacentro



Os riscos para os trabalhadores...

Situações de risco grave e iminente que colocam a integridade física ou a saúde do trabalhador em jogo, acontecem a cada momento nas mais variadas atividades fabris, de exploração ou de serviços.

Também são variadas as formas como a vida e a saúde são colocadas na corda bamba: máquinas sem proteção; pressão para aumento do ritmo de produção; relações de conflito com público, manipulação ou guarda de valores; trabalhos em altura sem proteção; altas concentrações de agentes químicos no ar; desqualificação ou falta de treinamento para execução de algum tipo de tarefa; falta de ferramentas e materiais adequados etc.

No entanto, a legislação brasileira de segurança e medicina do trabalho, trata a questão de forma ambígua, separando situações de “risco grave e iminente” de atividades “perigosas”. Essas últimas são aquelas onde há manipulação ou presença de inflamáveis líquidos ou gases, explosivos ou substâncias utilizadas na fabricação de explosivos, serviços com ou na presença de energia elétrica e radiações ionizantes.

O exercício do trabalho nestas atividades, ditas perigosas, é compensado por um adicional de “periculosidade” da ordem de 30% do salário base do trabalhador.

A atividade exercida sob as condições de risco grave e iminente previstas na Legislação, pode ser embargada, interdita e, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, pode ser paralisada pelo próprio

trabalhador. Algumas categorias como os Químicos do Estado de São Paulo já conseguiram regulamentar este “Direito de Recusa” nas suas convenções coletivas. Vale a pena conferir (consulte o Diesat).

Recente Portaria do MTPS/DSST, de número 2, de 28 de maio do ano passado, altera regulamentações anteriores estabelecendo condições de grave e iminente risco:

Na construção civil ou em obras

NR-18 da Portaria 3214/78, itens:

- 18.3.6 - falta de proteção em serras circulares
- 18.3.15 - cabos de aço em mal estado de conservação
- 18.6.4 - falta de escoramento em taludes
- 18.7.4 - falta de cinto de segurança em trabalhos em altura
- 18.7.6 - deixar peças cair nos serviços de retirada de formas
- 18.7.9 - pentes de vergalhões desprotegidos
- 18.7.10 - falta de amarração no transporte de feixes de vergalhões
- 18.7.12 - falta de isolamento de área nas operações de protensão de cabos de aço
- 18.7.15 - falta de isolamento sob áreas de movimentação aéreas de carga
- 18.7.24 - falta de ventilação quando da aplicação de vernizes e colas
- 18.9.5 - andaimes sobre cavaletes com altura superior a 2 metros
- 18.9.10 - uso de cordas de fibras naturais ou artificiais para sustentação de andaimes suspensos



...brasileiros são tão grandes que superam...

ar... interditar... recusar

ton Freitas

- 18.9.15 - falta de cintos de segurança em trabalhos sobre andaimes suspensos
- 18.9.26 - interligação de estrados de andaimes suspensos
- 18.10.8 - uso de escadas de mão com montante único
- 18.10.9 - colocação de escadas de mão próximas a portas ou onde há risco de queda de materiais
- 18.10.17.1 - rampas com inclinação superior a 30 graus
- 18.10.20 - falta de portas nos vãos de elevadores
- 18.11.1 - quando da aplicação de colas e solventes: fumar nestes locais; fios desencapados; falta de ventilação; latas abertas; uso de lixadeiras ou soldas; falta de luminárias à prova de explosão; usar roupas de algodão; falta de sinalização de risco de incêndio e explosão.
- 18.11.4 - transporte de pessoas em equipamentos de guindar
- 18.11.12 - transporte de pessoas em torres de elevação de cargas
- 18.11.14 - falta de proteção contra quedas de materiais sobre o operador de guincho
- 18.11.18 - transporte de pessoas em elevadores de cargas
- 18.11.29 - transporte simultâneo de cargas e pessoas
- 18.12.1 - falta de eletricitistas profissionais na obra
- 18.12.2 - serviços em instalações energizadas
- 18.12.2.1 - falta de calçados e luvas isolantes para os eletricitistas
- 18.12.3 - falta de proteção em partes energizadas
- 18.12.8 - falta de proteção em chaves de faca
- 18.12.8.2 - uso de chave de faca para ligar e desligar máquinas
- 18.12.10 - substituição de fusíveis por improvisações
- 18.12.12 - falta de proteção contra contactos de pessoas e veículos em redes de alta tensão

Nas caldeiras e recipientes sobre pressão

- Nr-13 da portaria 3214/78:
- 13.1.3. - falta de manômetros e válvulas de segurança
- 13.2.4 alínea "b" - proximidade entre as casas de caldeiras e os tanques de combustíveis



...os limites existentes entre a realidade e a ficção

- 13.5.1 alínea "b" - falta de válvulas de segurança e outros dispositivos para evitar aumento de pressão interna
- 13.3.1, alíneas: falta de relatórios de inspeção periódicos das caldeiras e recipientes sob pressão.

Nos trabalhos submersos

- todo o item 2 do Anexo número 6 da NR-15 da Portaria 3214/78
- No uso das seguintes substâncias cancerígenas
- 4-amido difenil (p-xenilamina);
- produção de benzidina;
- beta-naftilamina;
- 4-nitrodifenil;

Obs: Sempre que os processos ou operações não forem hermeticamente enclausurados.

Além destas situações previstas pela citada portaria do MTPS/DSST, outras situações são estabelecidas pela Legislação, como máquinas sem proteção, sem aterramento etc. Além de concentrações de agentes químicos no ar de 1,1 a 3 vezes acima dos Limites de Tolerância estabelecidos no Anexo 11 da NR-15 da portaria 3214/78.

Os Sindicatos, as CIPAs e as Comissões de Fábrica têm papel fundamental no exercício deste direito dos trabalhadores, organizando a base para a defesa da saúde e da vida.

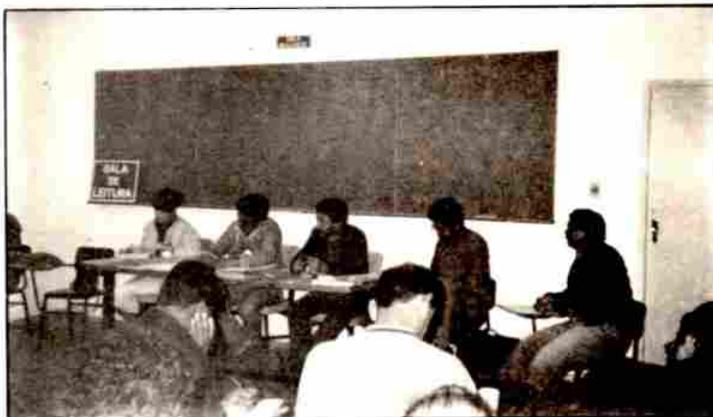
Nilton Freitas é engenheiro de segurança e técnico do Diesel

Diesat a caminho da assessoria de perícias

Leny Sato

Arquivo Diesat

O Diesat promoveu nos dias 26 e 27 de setembro do ano passado, em São Paulo, um seminário para discutir um projeto específico para a área de perícias. A motivação para propiciar este seminário deu-se em função de a diretoria e os técnicos da entidade terem identificado durante esses 12 anos de atuação junto ao movimento sindical, a grande quantidade de demandas por



A mesa que coordenou o seminário

perícias provenientes de diversos sindicatos. Além disso, sabe-se que cada perícia realizada gera uma quantidade também grande e rica de informações e que existem situações de interesse comum a vários sindicatos. Esses foram alguns dos motivos que levaram o Diesat a esboçar uma proposta de ação intersindical em perícias, visando juntar esforços de vários sindicatos, transcender o caráter assistencial que as perícias têm tido, subsidiando ações de interesse para o movimento sindical.

Participaram desse encontro 23 entidades sindicais e cerca de 50 pessoas que se reuniram com a finalidade de: identificar e discutir os atuais problemas que os sindicatos e técnicos que assessoram o movimento sindical enfrentam nas atividades periciais; e dis-

cutir uma proposta de atuação em perícias, visando garantir direitos e subsidiar ações no sentido de promover a melhoria das condições de trabalho e de saúde dos trabalhadores.

O seminário foi organizado de modo a trazer informações, experiências e avaliações de técnicos que atuam na área e sindicalistas. Para tanto foi composta uma mesa-redonda e atividades de vivência e discussão em grupos.

A mesa, formada pelo engenheiro José Roberto Aragão, advogado Décio Rodrigues (técnico de diversos sindicatos), médico José Carlos do Carmo (Programa de Saúde do Trabalhador da Zona Norte de São Paulo), engenheira Fernanda Gianezzi (Coordenadora Regional do Trabalho - MTPS), advogado Antônio José de Arruda Rebouças (assessor jurídico do Diesat) e sindicalista Uriel Villas Boas (Vice-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos e Secretário Geral do Diesat).

Tanto as exposições e debates em mesa-redonda, como as atividades em grupo com todos os participantes apontaram vários entraves sofridos pelas ações sociais que dificultam ou até mesmo impe-

dem a garantia de direitos trabalhistas (adicionais) e previdenciários (auxílio acidentário e aposentadoria especial). Esses entraves dizem respeito à própria organização dos sindicatos, à inoperância dos órgãos públicos (INSS - Coordenadoria das Relações de Trabalho e Previdência Social) e o descaso e intransigência dos patrões.

Quanto às limitações dos sindicatos identificou-se que eles não desenvolvem ações visando esclarecer e conscientizar os trabalhadores quanto aos seus direitos legais e tampouco quanto a uma ação efetiva deles, no sentido de conquistar a melhoria das condições de trabalho e saúde. Essas limitações vinculam-se à fragilidade de uma proposta de ação em saúde do trabalhador e também à desorganização interna dos sindicatos, o que dificulta um atendimento mais ágil.

No que se refere à inoperância dos órgãos públicos, identificou-se a burocracia extrema, cujo funcionamento não é dominado pelo trabalhador, à corrupção que envolve funcionários desses órgãos e ao descaso dos funcionários dessas instituições no atendimento ao trabalhador.

Além disso, quando as perícias requerem decisão judicial, há uma série de outras limitações, que dizem respeito às leis de saúde, segurança do trabalho e previdência social e da sua interpretação pelo poder Judiciário.

Posteriormente discutiu-se uma proposta de atuação em perícias, cujos pontos principais são: atuação intersindical regionalizada harmonizando trabalhos dispersamente desenvolvidos; criação de um banco de dados com informações provenientes das próprias perícias que serviria para nortear as

O QUE É PERÍCIA

A perícia é um mecanismo utilizado para avaliar as condições de trabalho e de saúde dos trabalhadores. Em geral, os sindicatos solicitam perícias de insalubridade e de periculosidade, visando identificar se os trabalhadores de determinada empresa têm direito a receber esses adicionais salariais que são previstos em Lei. Também, são solicitadas perícias para trabalhadores que requerem direitos previdenciários, como os devidos aos portadores de doenças profissionais ou vítimas de acidente de trabalho e aos que têm direito à aposentadoria especial.

ações sindicais em saúde, realizar estudos e pesquisas, motivando e subsidiando práticas preventivas e não meramente assistenciais; subsidiar modificações na legislação existente; conhecer e melhor controlar os caminhos burocrático-administrativos pelos quais tramitam os processos de perícia judicial entre outros

Essa proposta envolve a definição de uma estrutura organizacional e administrativa dos mecanismos de custeio, de infra-estrutura material e dos recursos humanos necessários.

Os resultados do seminário de perícias apontaram a necessidade de melhor definição do funcionamento concreto dessa proposta de atuação intersindical em perícias, além das seguintes propostas e recomendações:

1 - Criar um banco de dados que possa ser uma célula para interação das informações geradas a partir da ação dos sindicatos. Para isso, o Diesat deverá definir quais as informações que devem constar, bem como padronizar uma técnica que possibilite a compatibilização das várias informações existentes;

2 - Encaminhar aos sindicatos uma proposta de formação de grupos entre sindicatos que discutam e viabilizem uma atuação integrada e intersindical em perícias;

3 - Mapeamento de risco por sindicato que alimentará um banco de dados;

4 - Usar os instrumentos de comunicação já existentes nos sindicatos;

5 - Interlocução entre as várias entidades (INST, Centrais Sindicais etc);

6 - O Diesat deverá produzir um documento que será enviado aos sindicatos, visando esclarecê-los sobre a proposta intersindical de perícias;

7 - Formular um questionário visando obter dos sindicatos informações em relação aos seus gastos com a manutenção de uma estrutura técnica e pericial;

8 - Realizar novos encontros com os sindicatos;

9 - Discutir a proposta com o maior



Um dos momentos de descontração do encontro

número possível de sindicatos;

10 - Realizar encontros regionalizados em vista das diferenças estruturais e de organização existentes em cada uma delas;

11 - O Diesat deverá centralizar as informações geradas;

12 - Estimular a criação de sub-seções do Diesat, assim como novas filiações e discutir o aumento das mensalidades;

13 - Entrar no Sistema Alternex.

Leny Sato é psicóloga e técnica do Diesat

Divulgue essa idéia

Informatizar dados, realizar reuniões intersindicais regionalizadas, intercambiar informações, ampliar a atuação e o apoio ao DIESAT, foram algumas das resoluções do Seminário de Perícias. A participação de 50 pessoas entre sindicalistas e técnicos, de vários pontos do país, demonstra a preocupação e o interesse dos sindicatos em criar uma rede alternativa própria, usando o recurso da perícia, para interferir nas condições de trabalho inadequadas à segurança e a saúde dos trabalhadores e para conquistar direitos previdenciários.

Com o propósito de organizar e encaminhar as resoluções, uma comissão de sindicalistas e técnicos, formada ao final do Seminário, reuniu-se

no Diesat em outubro último. Das 13 propostas arroladas, priorizou-se o mapeamento dos sindicatos filiados ao Diesat através de um questionário contendo informações sobre a atuação dos mesmos na área de saúde, como por exemplo: se na estrutura do sindicato há departamentos de saúde e jurídico, se há profissionais especializados nessas áreas, se produzem materiais de divulgação dos dados sobre a saúde da categoria, se acompanham os casos de doenças do trabalho, acidentes de trabalho e as solicitações de benefícios previdenciários, se o sindicato estimula a formações de Cipa, se orientam os cipeiros para mapeamento dos riscos.

Os resultados obtidos com o preenchimento do questionário, possibilita-

rá ao DIESAT informatizar os dados e conhecer melhor como os sindicatos respondem às demandas da categoria. Espera-se, também, que um maior número de entidades sindicais tomem conhecimento do Projeto de Perícias, proposto pelo DIESAT e razão do Seminário.

Outras resoluções referem-se à atuação mais geral do DIESAT e já assumidas pela direção do órgão - filiações, infra-estrutura econômica, relações com outros centros de pesquisa sindical.

Vale lembrar que o suporte essencial para um projeto dar certo é a ação organizada e a efetiva participação dos sindicatos. Por essa razão, que esperamos que cada sindicato divulgue a idéia junto a outros.

Saúde e previdência na visão dos trabalhadores

João Réus do Nascimento

A tese 1 do caderno de teses apresentadas no sexto Congresso da CUT no Rio Grande do Sul é Saúde e Previdência na visão dos trabalhadores. Esta é uma das três teses de temas específicos que fizeram parte da discussão do Congresso, o que mostra uma salutar tendência no sentido de se contemplar, além das discussões de política geral do movimento (algo indispensável) também a discussão de questões específicas relevantes.

A Tese 1 foi apresentada ao Congresso por sete sindicatos das cidades de Porto Alegre e Caxias do Sul e foi discutida preliminarmente por, pelo menos, duas dezenas de sindicatos de diversas regiões do estado e, em linhas gerais, resgata a experiência individual destas entidades, apontando à necessidade de se forjar um processo de intervenção coletiva tanto na discussão quanto no encaminhamento de propostas nas áreas de saúde e previdência. Já na discussão havida durante o Congresso a tese despertou grande interesse passando à plenária final em todos os grupos, sempre com bastante discussão.

Das resoluções finais do Congresso convém destacar as seguintes propostas:

- A reorganização da secretaria de políticas sociais fazendo com que ela

priorize a discussão sobre a saúde e previdência;

- Incentivar a criação de comissões de saúde e previdência nos sindicatos;

- Organizar encontros regionais e pelo menos um encontro estadual sobre

saúde e previdência com o objetivo de socializar experiências, informações e articular uma política de atuação comum a todos os sindicatos;

- Tomar iniciativas para reforçar o dia 28 de maio como o Dia Internacional da Saúde da Mulher viabilizando iniciar um debate acerca da saúde da mulher trabalhadora nos sindicatos.

O texto final abre dando um quadro da situação de saúde dos brasileiros, aponta para a do trabalhador como elemento estratégico da intervenção sindical nas lutas pela saúde, fator indispensável no resgate da cidadania e na democratização das relações entre o Estado e a Sociedade Civil. Faz uma pequena incursão na história do movi-



mento sindical brasileiro para falar no modelo sindical implantado por Vargas, no assistencialismo e na imperiosa necessidade de romper com esta forma de fazer sindicalismo.

Enfim, como numa primeira tentativa de trabalhar com o tema num fórum desta relevância foi uma bela iniciativa, restando a tarefa de implementar as propostas colocando o movimento sindical cutista gaúcho num patamar mais avançado.

Assinam esta tese os seguintes sindicatos: Sindipolo, Sindimetro, See Bancários de Caxias do Sul, STI Gráficas de Caxias do Sul, SEE Vigilantes de Caxias do Sul, STI Tecelões de Caxias do Sul.

Leia a seguir alguns pontos dessa tese:

A Saúde no Brasil

A situação de saúde dos brasileiros está marcada pelas péssimas condições de vida e trabalho. Para a maioria da população imaginar o que é saúde é muito difícil. Ao contrário, muito fácil é falar de doenças, acidentes, mutilações, sofrimento, loucuras... Basta observar alguns dados do Brasil com: cerca de 36 milhões de crianças sobrevivem na mais absoluta miséria, sem direito à alimentação, saúde, moradia, educa-

ção: onde, destes, aproximadamente 14 milhões perambulam sós, maltrapilhos e famintos, pelas ruas das nossas cidades com um futuro digno quase que totalmente comprometido. A fome atinge milhões de brasileiros, representando a sétima maior população de desnutridos do mundo, 7 milhões de portadores de doença de Chagas que começa a atingir as populações das cidades, 400 mil portadores de Lepra (Han-

senfase), sendo este o País do mundo onde mais cresce o número desta enfermidade, 10 milhões com esquistossomose (Xistose), 11 milhões com risco de adoecer por Malária, 40 milhões contaminados com tuberculose. Em 1976 o saneamento básico (esgotos, águas tratadas e coleta de lixo) alcançava 7,8% dos domicílios da população rural e 54% dos domicílios urbanos, fazendo com que o ambiente fique conta-

minado por agentes de doenças transmissíveis. Além disso, o Brasil é um dos campeões mundiais de acidente do trabalho - dois milhões de trabalhadores se acidentam por ano - e os agrotóxicos, em algumas regiões, chegam a envenenar metade dos trabalhadores rurais.

Anualmente cerca de 400 mil mulheres brasileiras morrem ou ficam com sequelas em virtude da realização de aborto. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) quatro milhões de abortos são realizados anualmente no Brasil, o que corresponde a 10% do total mundial. O aborto, portanto, é uma questão social e deve ser encarado como um problema de saúde pública, ao invés de caso de polícia.

As doenças em geral e os acidentes são

A saúde dos trabalhadores é um segmento privilegiado de luta pela transformação global.

consequência das situações criadas pela forma de organização da sociedade e em especial do processo de produção que ditam os padrões de desgaste dos trabalhadores. Tal organização determina a exposição a agentes químicos e físicos nocivos, ocupações repetitivas e atividades alienantes e também padrões excludentes e alienantes de consumo bem como danos ao meio ambiente. Imprimem um padrão de vida e morte, de saúde e doença, a partir da inserção dos indivíduos no processo de produção.

É difícil expressar concretamente estes dados, em função de serem muito subestimados pela falta de diagnósticos e omissão na notificação de doenças ocupacionais e de acidentes de trabalho, problema no qual o Estado desempenha um papel fundamental, ao se omitir na questão da fiscalização da emissão das CATs e através de legislação específica, que estimula o subregistro dos acidentes de trabalho.

Ainda que cada trabalhador saiba do sofrimento provocado pelas péssimas condições de vida no trabalho, de como vai perdendo sua saúde à medida que o tempo passa, a consciência deste processo de desgaste é individual. Ou seja, o trabalhador vivencia a perda auditiva, a doença "dos nervos", a pressão alta como uma experiência própria, muitas vezes considera como inevitável, não se dando conta do fato de que seus próprios companheiros de trabalho têm os mesmos problemas.

A tarefa a nós colocada hoje é a de coletivizar o conhecimento dos trabalhadores a respeito da qualidade de vida no trabalho. É ampliando a consciência dos ris-

cos e doenças presentes nos ambientes de trabalho que iremos construir as ações coletivas verdadeiramente transformadoras.

Mas como atuar sobre uma realidade desconhecida? Para transformar é preciso conhecer. Atualmente ainda conhecemos pouco das relações entre saúde e trabalho. Entretanto, sabemos serem os trabalhadores os reais conhecedores das condições de vida no trabalho. Eles são os depositários da experiência do dia-a-dia no campo e na cidade.

Neste aspecto reside um dos elementos que tornam a saúde dos trabalhadores como segmento privilegiado de lutas pela transformação global da sociedade. É a partir da investigação sistemática das condições de saúde no trabalho que construiremos as bases para a transformação do mesmo. A construção deste processo passa necessariamente pela constituição dos indicadores, dos determinantes pelas condições de saúde (ou falta de) no trabalho. No choque entre capital e trabalho os ambientes de trabalho, os padrões de desajuste, doenças e acidentes a que são submetidos os trabalhadores são indicadores precisos da relação de exploração promovidas pelo capital. Aqui torna-se necessário compreender os ambientes de trabalho não simplesmente como o espaço físico, onde estão presentes as condições físicas (ruído, calor umidade, agentes químicos e físicos, etc) mas como o conjunto destes elementos somados aos processos desgastantes e alienantes de trabalho, representados pela organização do processo de trabalho, divisão de tarefas, ritmos, divisão sexual, trabalho em turnos, repetitivo, monótono, realizado em condições estressantes, sob supervisão autoritária das chefias, etc.

A saúde do trabalhador como estratégia

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS - ONU) o conceito de saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não uma mera ausência de moléstia ou enfermidade.

Neste conceito a saúde deixa de ser considerada como simples ausência de doenças mas ainda compreende saúde enquanto um fenômeno individual, onde a doença passa a ser entendida como um sofrimento individual próprio de cada pessoa, ocorrendo sem nenhuma relação com a sociedade.

Romper com esta visão tradicional significa um processo estreitamente vinculado às condições específicas de vida e trabalho, historicamente determinadas e de efeitos coletivos incidentes nas diferentes classes sociais. Aqui cabe resgatarmos a definição de saúde adotada pela 8 Conferência Nacional de Saúde realizadas em 1986: "Saúde é a resultante das condições

de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde". Mais: é compreendida pela Constituição de 1988 como "Direito de todos, dever do Estado, que deve ser o responsável pela sua promoção e proteção". Esses dois conceitos representam a importância da questão da saúde, compreendida enquanto resultado de condições de igualdade social e exercício pleno da cidadania, uma vez que não pode ser atingida pela existência formal desses direitos mas pela possibilidade concreta, efetiva de exercê-los. Estes aspectos salientam a importância absolutamente estratégica da saúde dos trabalhadores como segmento de luta. Especialmente se considerarmos a atual conjuntura brasileira e mundial. O avanço do neoliberalismo tem provocado uma reordenação industrial.

Nesta conjuntura, os ataques às conquistas dos trabalhadores são uma constante. Em nosso país, o projeto "neoliberal", representado pelo Governo Collor, tem conseguido colocar as lutas dos trabalhadores como lutas isoladas, corporativas. Neste momento, a luta pela saúde se constitui com certeza, num segmento privilegiado. Não só no âmbito do fortalecimento do movimento sindical, pois conhecemos o poder das questões da saúde em despertar um sentimento de solidariedade entre as pessoas. Também na luta pela transformação dos ambientes de trabalho e na democratização das relações entre o Estado e a Sociedade Civil.

O trabalhador é o produto imediato. O homem produz seus meios de vida, ou seja, o necessário para sua sobrevivência. O trabalho é a primeira condição fundamental

o salário deveria assegurar alimentação, moradia, condições higiênicas e período de descanso

de toda a vida humana, onde se pode considerar de forma ideal, como base da própria vida humana. Mas nas sociedades capitalistas típicas, o trabalhador vende não o trabalho ou fruto do mesmo mas sim a sua força de trabalho.

O trabalhador troca a sua energia, ou força de trabalho, por um salário que deveria ser o suficiente para assegurar todas as condições de reposição desta energia gasta. Isto é, o salário deveria assegurar alimentação, moradia, condições higiênicas, período de descanso (jornada de trabalho compatível com a recuperação do esforço no trabalho) entre outras coisas.

Matarazzo impõe novos riscos à população

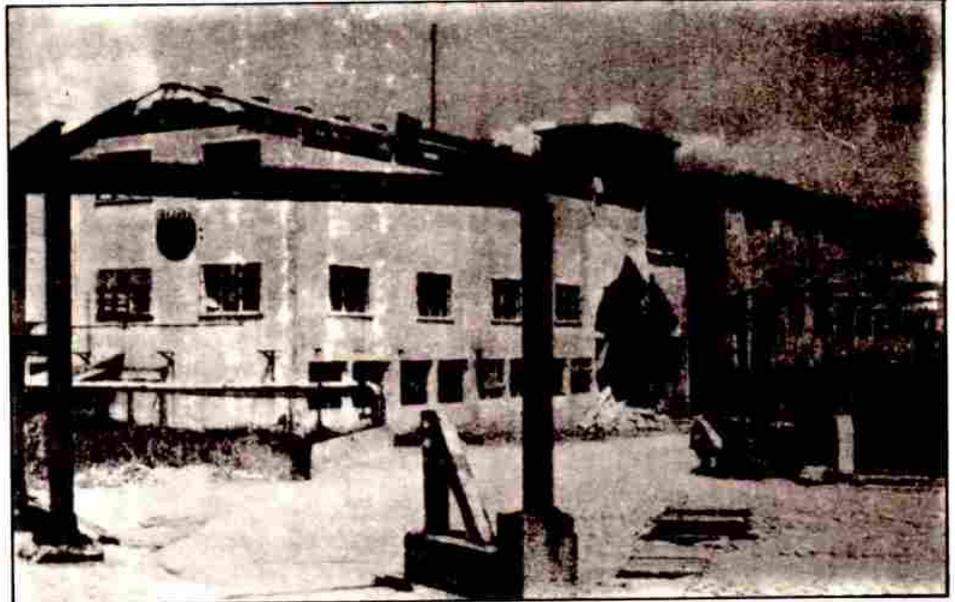
Rui Magrini

A indústria química Matarazzo volta a ser notícia pelo mesmo motivo que lhe rendeu algumas páginas dos grandes jornais paulistas no ano de 1985, danos ambientais e utilização de produtos tóxicos acima do limite tolerado pela legislação. Em visita realizada a fábrica, o presidente do Sindicato dos Químicos do ABC, Remígio Todeschini, e ambientalistas do Movimento em Defesa da Vida constataram que havia no local muito pó de BHC espalhado pelo chão, o que pode vir a detonar uma tragédia, pois "muitas crianças brincam no local durante o dia e a noite, já que a fábrica fica aberta", segundo Rosimar Campos dos Santos Souza, vizinha das ruínas da Matarazzo.

Também foi encontrado dentro do laboratório da indústria frascos de pentaclorofenol, conhecido popularmente pelo arrepiante nome de "pó da china", produto cancerígeno que pode matar, caso ingerido, mesmo em pequenas quantidades.

Histórico

A Matarazzo foi interdita em janeiro de 1986 depois de diversas denúncias de irregularidades realizadas pelo Sindicato dos Químicos do ABC, que foi assessorado nessa empreitada por técnicos do Diesat. Na ocasião, o



Mesmo depois de fechada a Matarazzo ainda cria problemas

Sindicato descobriu que 30 trabalhadores tinham sido contaminados pelo benzeno, usado na síntese do BHC.

A interdição fundamentou-se, principalmente, nas altas concentrações de benzeno encontradas no ar. Em alguns pontos elas chegavam a 1.000 ppm (partes por milhão) enquanto que o limite permitido pela legislação brasileira é de 8 ppm.

O caso mais grave, consequência do desrespeito da Matarazzo para com a Legislação, foi a morte do trabalhador Pedro Mangueira Filho. Ele morreu de

leucemia em 84, depois de trabalhar vários anos no setor de BHC. A história de Mangueira, contada pela sua esposa, Camila Vieira, também confirmou na época que a Matarazzo vinha causando a contaminação em seus operários há muito tempo.

Depoimento

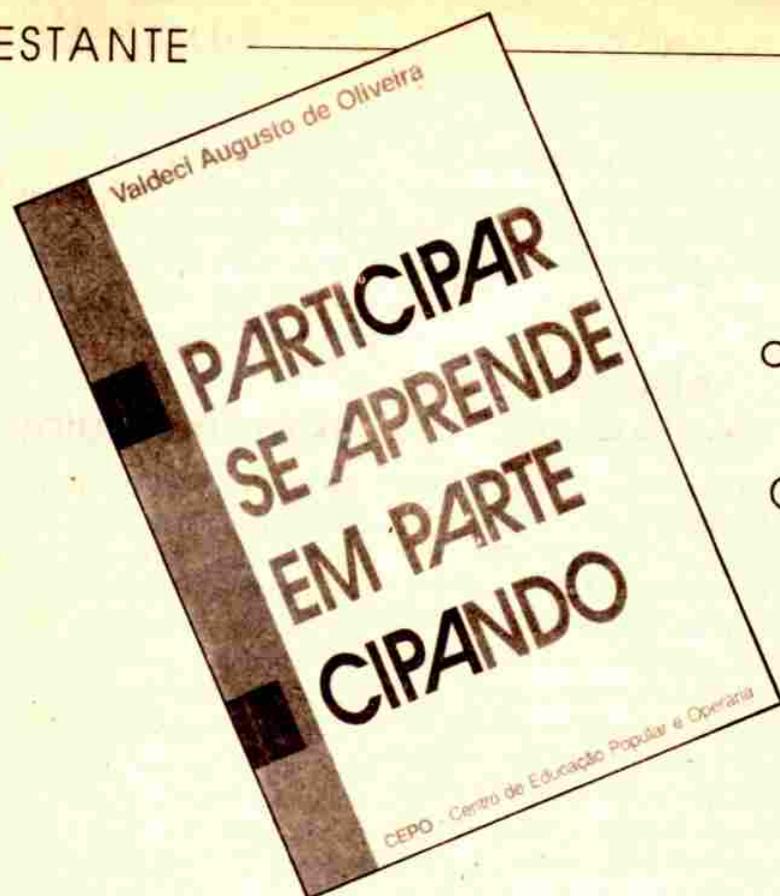
"Meu marido faleceu em 7 de abril de 1984, aos 52 anos. Trabalhava há nove anos na Matarazzo como mecânico de manutenção. E desde 1978, cinco anos depois de entrar na empresa, ele começou a se queixar de tonturas. Mas só no início de 84 o câncer apareceu. Os médicos confirmaram as alterações no sangue e diagnosticaram a leucemia. Os médicos do Inamps que tratavam do Pedro sempre disseram que ele foi afastado do trabalho muito tarde. A Matarazzo nunca ajudou, nem mesmo no pagamento dos exames ou do tratamento. Depois de sua morte, eu e meus dois filhos pequenos passamos a viver de uma pequena pensão do INPS", relatou a viúva de Pedro Mangueira.

Solvay mantém aterro clandestino

Utilizando a velha tática das empresas irresponsáveis, a Solvay mantém há aproximadamente 20 anos um aterro clandestino com o produto tóxico dicloreto, em Rio Grande da Serra, região do ABC. O aterro foi descoberto somente agora e o fato revoltou grande parte da população da cidade, já que este aterro está localizado numa área de manancial.

A quantidade encontrada de dio-

cloretano foi de cinco mil toneladas. A Cetesb, que foi convidada pelo Sindicato para analisar os riscos que este aterro oferece, afirmou que o produto é altamente tóxico, cancerígeno e cumulativo - caso ingerido não é eliminado pelo organismo. A Cetesb analisou as águas do Rio Grande e elas estão contaminadas com índice 8 vezes superior ao permitido.



“Participar se aprende em parte cipando”, de Valdeci Augusto de Oliveira, foi editado pelo Centro de Educação Popular e Operário (Cepo).

Quebrando tabus e contando um pouco da história do movimento sindical

São poucos os documentos que relatam experiências de trabalhadores comuns. Só tem suas vidas contadas em livros aqueles que conseguem “vencer na vida”, a bem da verdade, muito em função das exigências do mercado. E por esse motivo, a história de pessoas que contribuem tanto para o progresso como para o desenvolvimento democrático no país acabam sendo esquecidas. “Participar se aprende em parte cipando” tem, entre outros, o mérito de romper com essa regra. A participação de Valdeci Augusto de Oliveira na Cipa da metalúrgica Tecnifunger, em Guarulhos, não passará. E sua experiência poderá servir como um balizador para milhares de trabalhadores que ainda continuarão lutando pelo fortalecimento desse órgão dentro dos seus locais de trabalho.

O livro de Valdeci, editado pelo CEPO (Centro de Educação Popular e Operária), não é um manual para o

cipeiro e nem se pretende a isso.

É o relato de sua experiência individual, que se assemelha com a história de muitos trabalhadores que resolvem levar as Cipas (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes) a sério.

Sua história tem início em 86, quando começa a trabalhar na Tecnifunger, como torneiro mecânico. Segundo seu relato, quando ingressou na fábrica existiam uma série de irregularidades: pouca ventilação, fiação elétrica deteriorada, falta de limpeza etc. E a Cipa existente era praticamente fantasma.

A partir dessas constatações Valdeci convocou um encontro com outros trabalhadores para discutir a possibilidade de elegerem um deles para representá-los na Cipa. Seu nome foi indicado e na eleição se tornou o mais votado. Começaram então as perseguições. Os donos da empresa, segundo Valdeci, estavam acostumados com a subserviência dos cipeiros. E ele não estava disposto a isso.

Sofreu advertências por escrito por não compactuar com as intenções patronais e após o término de seu primeiro mandato a empresa o demitiu mesmo sendo candidato a reeleição.

Segue-se depois disso uma batalha judicial. Valdeci consegue sair candidato e é obrigado a ficar com dois policiais ao seu lado para fazer boca de urna. Vence a eleição, mas depois tem que fazer um acordo com a empresa porque essa não permitia que ele entrasse em sua área.

Desse relato cronológico, que Valdeci faz de sua participação na Cipa, pode-se extrair muitos detalhes importantes para os trabalhadores que travam batalhas diárias nesse órgão. “Participar se aprende em parte cipando” é um livro que deve ser lido principalmente por cipeiros. Fundamentalmente porque estes vão se indentificar muito com o relato de Valdeci e notarão que também estão construindo uma parte de nossa história.

Mudando a cara



O "Informe Diesat", órgão informativo de nossa entidade que circula mensalmente com notícias breves, sofreu uma operação plástica. Ele foi por 11 números impresso em tamanho officio e partir desse mês está circulando com o dobro do tamanho. Isto se deve ao fato de a diretoria e área de comunicação do Diesat terem notado que com essa nova cara ele tem como atingir mais leitores, pois ficará fixado nos murais dos sindicatos.

Visita Internacional

O Sindicalista canadense Ken Hansen, que está há mais de dois anos residindo em Moçambique (país da África, considerado um dos mais pobres do mundo e que a mais de uma década vive em guerra civil) onde coordena um projeto de combate as más condições de trabalho nas fábricas, esteve no Brasil durante o mês de janeiro. Ken Hansen visitou o Diesat que lhe assessorou nessa sua passagem por aqui. Em Moçambique, Ken desenvolve um projeto que tem por objetivo criar um centro de informação e formação para os trabalhadores moçambicanos de todas as categorias. A sua visita ao Brasil, segundo ele, se deveu ao fato de o Diesat realizar um trabalho semelhante ao que pretende implantar em Moçambique.

"Precisamos conhecer diversas entidades que trabalhem com a questão da saúde do trabalhador para podermos montar um órgão eficiente lá", afirmou Ken.

Abusos domésticos

As empregadas domésticas que sempre foram discriminadas no Brasil estão começando a pôr a boca no trombone. Nos últimos meses, o Sindicato de sua categoria, presidido por Jandira Rodrigues se fez presente na luta por melhores condições de trabalho e salário digno. Numa dessas aparições, Jandira fez declarações que precisam ser republicadas para que se tenha idéia de como as relações de trabalho nessa área ainda são pré-históricas. Os trechos que a seguir são de uma entrevista de Jandira concedida ao jornal "Diário Popular": "Aquilo de ser maltratada pelos filhos do patrão, que beliscam, e dão pontapé ainda existe. Há também casos de estupro, feito não só pelo filho, mas como pelo próprio patrão", afirmou Jandira.

Ela também falou sobre a questão de segurança no traba-

lho. "Na semana passada duas domésticas morreram caindo do prédio enquanto limpavam janela. A gente orienta para, se ela notar que corre risco de vida, não fazer o serviço. Mas por precisar do emprego muitas não recusam".

Semana Química

O Sindicato dos Químicos do ABC realizou no final de abril a Semana de Saúde e Meio Ambiente, um evento organizado no vácuo da Semsat desse ano que teve como tema "A questão Ambiental e a Saúde dos Trabalhadores". Participaram como debatedores desse seminário pessoas com considerável trabalho nessa área: Maurício Broinizi (Cedi); Francisco Lacaz (Diesat); Geraldo Siqueira (CNM/CUT); Eduardo Nakamura (Fac. Medicina); Virgílio Faria (Movimento em Defesa da Vida) e Antônio Andrade (Inst).



Fique de Bem com a vida Assine Trabalho & Saúde

Nome:
 Endereço:
 Telefone: CEP:
 Desejo receber _____ números da revista Trabalho & Saúde pelo período de _____ ano (s)
 Assinatura anual (4 números) Cr\$ 16.000,00
 Assinatura bianual (8 números) Cr\$ 26.000,00
 Preencha o cupom ou copie-o, anexe cheque nominal ao Diesat e envie para a caixa postal 4901 - CEP 01051.

Promoção válida até 30/06/92

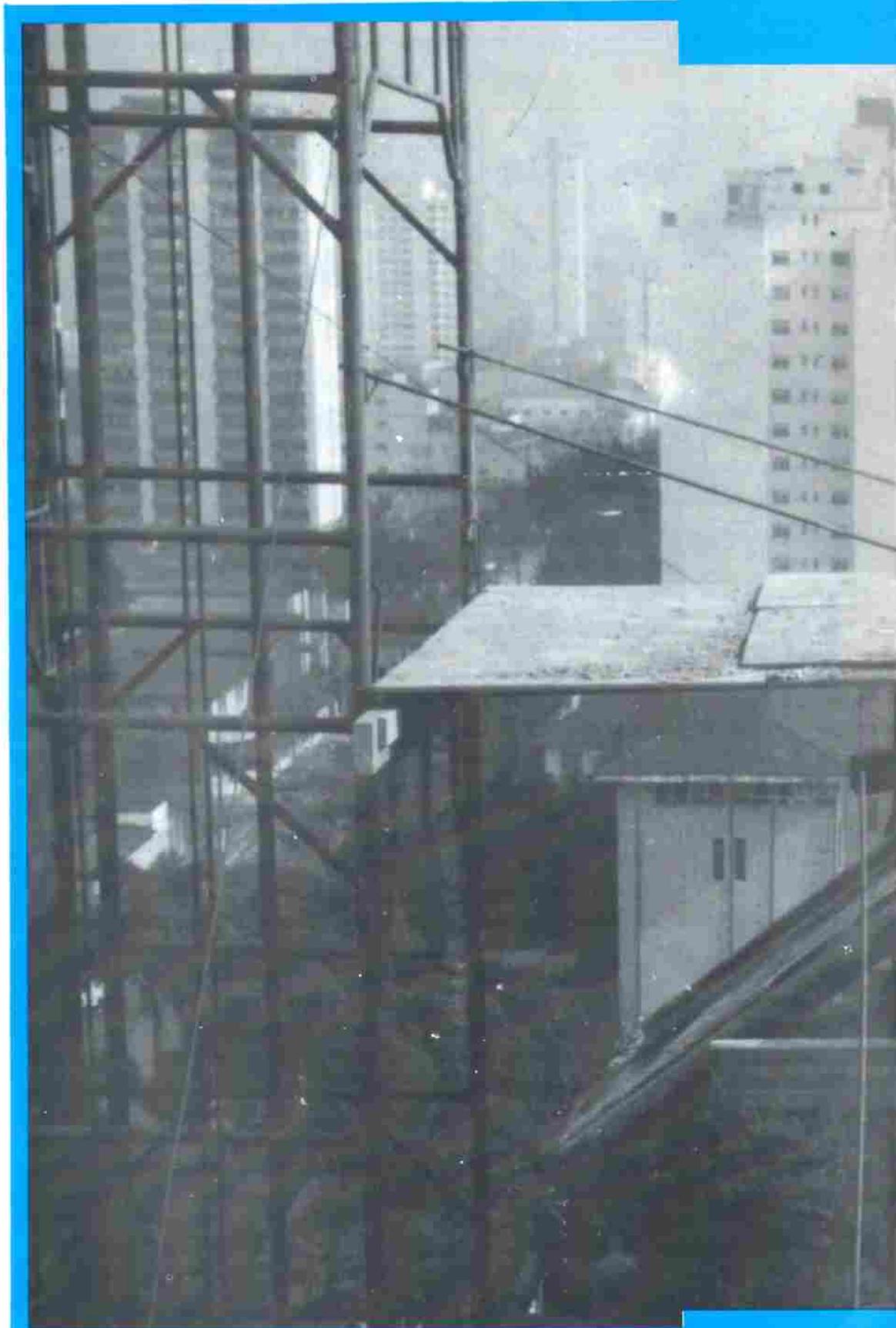
Como pintar uma Natureza Morta

por MARCIV





Departamento
Intersindical de
Estudos e Pesquisas
de Saúde e dos
Ambientes de
Trabalho - Diesat.
Caixa Postal 4901 -
CEP 01051
São Paulo - SP



**Trabalhadores da construção
civil submetidos diariamente
a precárias condições de
trabalho e segurança**